



MENSAGEM Nº 029 /2018

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Câmara Municipal de Manaus	
GAB. PRESIDENTE	
RECEBIDO	DATA: 19/06/18
	HORA: 9 : 09
	POR: Andreia
	PROTOCOLO

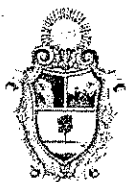
Encaminho para apreciação de Vossas Excelências e à superior deliberação do Plenário desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei que **"AUTORIZA** o Poder Executivo a contratar financiamento junto à União, por meio da Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências".

Esta propositura tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a contrair e garantir financiamento junto à União, através da Caixa Econômica Federal, no valor de até R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), obedecidas as demais prescrições legais a contratações de operações da espécie.

A autorização legislativa é documento essencial para contratação do financiamento, cuja previsão encontra-se no art. 32, § 1º, inc. I da Lei Complementar 101/2000, e vincula as demais condições da operação de crédito.

Os recursos serão destinados a Projetos de modernização e fortalecimento institucional da gestão administrativa e fiscal no município de Manaus, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM 2ª Fase/2ª Etapa).

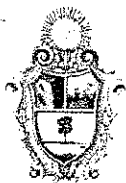
Essa etapa do Programa PNAFM deve integrar o esforço no sentido de buscar o equilíbrio fiscal e a manutenção da estabilidade social e macroeconômica, por meio de ações com foco em:



- a) Adoção das melhores práticas e dos mais modernos conhecimentos e instrumentos de gestão, visando à eficiência, eficácia e efetividade da gestão administrativa e fiscal;
- b) Controle do custo e aperfeiçoamento da qualidade do gasto público;
- c) Disponibilização, para o cidadão, de serviços municipais em maior quantidade e melhor qualidade;
- d) Simplificação da obrigação tributária;
- e) Fortalecimento do uso da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços;
- f) Incentivo à prática da transparência na gestão;
- g) Promoção da justiça fiscal, mediante efetiva arrecadação dos tributos municipais;
- h) Promoção de justiça social, com oferecimento de oportunidades iguais, a todos os cidadãos, de acesso aos bens e serviços públicos oferecidos pela administração municipal, com foco nas áreas administrativa e fiscal;
- i) Minimização das disparidades técnicas e operacionais nas administrações fiscais municipais, com estabelecimento de bases para a integração dos diferentes sistemas fiscais.

Em resumo, este Projeto, se transformado em Lei pela soberana vontade dos Senhores Membros dessa Casa do Legislativo Municipal, irá contribuir para a integração dos fiscos e para a modernização da gestão administrativa, fiscal, financeira e patrimonial do município de Manaus, tornando mais efetivo o sistema fiscal vigente, em cumprimento às normas constitucionais e legais brasileiras.

Fundamentando o pleito em questão, a Lei Complementar nº 101, 04 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), determina que Resolução do Senado Federal estabelece limites para o



PREFEITURA DE
MANAUS

CASA CIVIL

Avenida Brasil, 2971 - Compensa II
Manaus-AM - CEP 69.036-110
T: +55 92 3625-9504 | 3820 | 6996
casa.civil@pmm.am.gov.br
www.manaus.am.gov.br

endividamento da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. Além disso, a Resolução nº 40/2001 do Senado Federal determinou que o limite máximo de endividamento dos Municípios seja de até 120% da Receita Corrente Líquida (valor da Receita Corrente Líquida multiplicado por 1,2).

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º Quadrimestre de 2018, o percentual de endividamento do Município, Dívida Consolidada Líquida dividida pela Receita Corrente Líquida, é de 12,67%, ou seja, bem abaixo do limite legal estabelecido.

Por todo o exposto, motivado pela relevância da matéria, submeto o referido Projeto de Lei à análise e deliberação desse Plenário.

Na oportunidade renovo votos de estima e distinta consideração.

Manaus, 19 de junho de 2018.


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO

Prefeito de Manaus

PROJETO DE LEI Nº 162 /2018

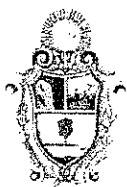
AUTORIZA o Poder Executivo a contratar financiamento junto à União, por meio da Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências.

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair e garantir financiamento junto à União, através da Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), obedecidas as demais prescrições legais à contratação de operações da espécie.

Parágrafo único. Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo são provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM).

Art. 2.º Para garantia do principal e encargos do financiamento fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou transferir à União, em caráter irrevogável e irretratável, a título pró solvendo, os créditos provenientes das receitas a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea "b", e § 3º, da Constituição Federal.

Parágrafo único. O procedimento autorizado no "caput" deste artigo somente poderá ser adotado na hipótese de inadimplemento, no vencimento, das obrigações pactuadas pelo Poder Executivo, ficando a Caixa Econômica Federal autorizada a requerer, em nome da União, a transferência dos referidos recursos para quitação do débito.



PREFEITURA DE
MANAUS

CASA CIVIL

Avenida Brasil, 2971 - Compensa II
Manaus-AM - CEP 69.036-110
T: +55 92 3625-9504 | 3820 | 6996
casa.civil@pmmam.gov.br
www.manaus.am.gov.br

Art. 3.º Os recursos provenientes da operação de crédito serão consignados como receita no Orçamento do Município ou em Créditos Adicionais.

Art. 4.º O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do município no Projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.